

Vencer as previsões, defender Portugal

17-Abr-2020 |

A pandemia oferece-nos dois caminhos: ou nos dobramos às consequências provocadas pelo Covid-19 ou vencemos as previsões económicas. Ou ficamos à espera do pior ou agimos e definimos o nosso rumo.

A primeira vítima desta crise, a maior dos últimos 100 anos, é a nossa expectativa individual e colectiva. Dizem-nos que vamos perder 400 ou 500 mil empregos. Dizem-nos que vamos assistir à falência de milhares e milhares de empresas. Dizem-nos que a vida será muito pior do que foi entre 2011 e 2014. As previsões nacionais e internacionais dão como certa uma catástrofe social e económica sem igual. Atiram para o chão as nossas expectativas e quebram a nossa confiança. Levam-nos a aceitar de antemão o que é inaceitável.

Não tem de ser assim.

O Governo está a tempo de reagir à altura das circunstâncias. Pode agir em vez de esperar pela Europa, a eterna atrasada, a União dividida. O Governo tem de colocar as previsões no seu devido lugar – previsões não são certezas –, e deve trocá-las por políticas públicas fortes, imediatas e responsáveis. Pode usar as previsões como sinal de alarme: previsões são apenas cenários que não contam com o que o Governo pode e deve fazer para defender a vida de todos nós.

Outros países europeus, nossos parceiros, estão a seguir esse caminho e já vão à nossa frente. Não apoiam apenas com crédito, que só adia o problema. Avançam dinheiro para compensar a paralisia económica. Assumem programas virados para o dia seguinte à pandemia. É simples: apoiar o emprego é mais útil do que pagar o desemprego.

Portugal está a ficar para trás. Não haverá uma segunda oportunidade para as empresas e para muitas, muitas pessoas. Foi por isso que há duas semanas e meia a CIP entregou ao senhor primeiro-ministro uma proposta de ação. Sete ideias – o que as empresas precisam para sobreviver. Ideias que pedem uma resposta.

1. Garantias de Estado convertíveis em incentivos a fundo perdido: 20 mil milhões de euros;
2. Garantias de carteira BEI/FEI: 10 mil milhões de euros;
3. Benefícios Fiscais com garantia de Estado para desconto na banca
4. Crédito à exportação e importação com seguros de crédito associados;
5. Estado pagar aos fornecedores a pronto;
6. Sistema de pagamento automático entre empresas com base no e-fatura
7. Regime de insolvências adequado à atual crise e ao teletrabalho

**carta aberta da CIP enviada ao órgãos de comunicação social*